

ANÁLISE DISCURSIVA DA CAMPANHA DE MARCELO CRIVELLA NA MÍDIA BRASILEIRA EM 2016

DISCOURSIIVE ANALYSIS OF MARCELO CRIVELLA'S CAMPAIGN IN THE BRAZILIAN MEDIA IN 2016

Tatiane dos Santos Alves¹
Edvania Gomes da Silva²

RESUMO: O presente artigo analisa como a mídia brasileira discursivizou a campanha de Marcelo Crivella nas eleições municipais do Rio de Janeiro em 2016. Durante a referida campanha, foi possível verificar um funcionamento discursivo que diz respeito à relação de Crivella com a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Dessa forma, analisamos aqui qual memória é retomada/reconfigurada na/pela mídia, durante a referida campanha eleitoral, e quais posições-sujeito estão em funcionamento nas materialidades analisadas. Para tanto, mobilizamos os pressupostos teórico-metodológicos da Escola Francesa de Análise de Discurso (doravante AD).

Palavras-chave: Religião; Discurso; Mídia

ABSTRACT: This article analyzes how the Brazilian media transformed into discourse Marcelo Crivella's campaign in Rio de Janeiro municipal elections in 2016. During that campaign, it was possible to verify a discursive functioning that relates Crivella to the Universal Church of the Kingdom of God (UCKG). In addition, we analyze which memories are connected by the media during the electoral campaign, and which subject positions are in operation in the materialities analyzed. Therefore, we drew on the theoretical-methodological field of the French Discourse Analysis (DA).

Keywords: Religion; Discourse; Media.

Considerações iniciais

Nas eleições municipais de 2016, vimos, em uma grande metrópole do país, a eleição de um candidato evangélico a um cargo executivo, o de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de Marcelo

¹ Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGLin) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: tatysantosalves@yahoo.com.br.

² Doutora em Linguística pela Unicamp; Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: edvaniagsilva@gmail.com



Crivella (PRB), senador, bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que saiu vitorioso após disputar com Marcelo Freixo (PSOL) o segundo turno das eleições de 2016. Durante a campanha de Crivella, foi possível verificar a emergência de uma memória discursiva que vincula o referido sujeito político à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Tal memória foi retomada principalmente em reportagens da mídia que enfatizou o posicionamento do, à época, candidato em anos anteriores, marcadamente no que diz respeito a temas como a questão LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) e as religiões de matriz africana. Crivella buscou se equilibrar entre um passado com pregações demonizadoras e sua campanha como um candidato ecumênico.

Neste artigo, a partir do cenário suscintamente descrito acima, analisamos, com base no arcabouço teórico-metodológico da Escola Francesa de Análise de Discurso (AD), a discursivização da campanha de Marcelo Crivella nas eleições do Rio de Janeiro em 2016. Trata-se, mais especificamente, de analisar qual memória é retomada/reconfigurada em reportagens que tratavam da campanha de Crivella durante o referido período eleitoral. Além disso, verificamos, ainda, quais posições-sujeito estão em funcionamento nas materialidades analisadas.

Sobre a noção de discurso

A Análise de Discurso de linha francesa (Doravante AD) surge no final da década de 1960, com base nas contribuições de dois franceses, o linguista Jean Dubois e o filósofo Michel Pêcheux, que tinham como objetivo buscar na Linguística novas formas de abordar a política, rompendo com a forma tradicional de explicação de textos (FONSECA-SILVA, 2007a, p. 88). A referida disciplina tem sua construção teórica articulada entre a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise, e seu objeto de estudo é o discurso, o qual é visto como o lugar onde língua, história e sujeito se entrelaçam.

Em sua obra, *O discurso: estrutura ou acontecimento*, Pêcheux (2006 [1983a]) define discurso como estrutura e acontecimento, como ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória. Ao discutir a questão do marxismo e suas relações com outras disciplinas, o autor propõe uma reflexão acerca do discurso como estrutura e como acontecimento, e, para isso, aponta três caminhos que ele resolve seguir, assumindo, em cada uma das três partes do texto, um desses caminhos. O primeiro é partir do



conceito de enunciado, visto como qualquer materialidade significativa, ou seja, como sinônimo de formulação linguística, e trabalhar a partir dele. Para tanto, o autor analisa o enunciado *On a gangé* [Ganhamos], tal como atravessou a França no dia 10 de maio de 1981. O Segundo caminho é, com base em uma questão filosófica, a qual envolve o que o autor chama de “ciências régias”³, mostrar o discurso como estrutura e também como acontecimento. Por fim, Pêcheux propõe um terceiro caminho, o da tradição francesa de análise de discurso, mostrando a relação entre a análise como descrição e como interpretação.

Inicialmente, o autor analisa o enunciado *On a gagné* [Ganhamos], que apareceu nas ruas de Paris por ocasião da vitória de François Mitterrand, nas eleições presidenciais da França, em 1981. Esse enunciado é definido como um acontecimento, ou seja, como ponto de encontro de uma atualidade e uma memória (PÊCHEUX, 2006 [1983a], p. 17). Segundo o autor, esse acontecimento que aparece na grande máquina televisiva como “global”, análogo a um jogo de futebol, é um acontecimento jornalístico, ligado ao fenômeno de *mass-media*, que remete a um conteúdo sócio-político, o qual é, ao mesmo tempo, transparente e opaco.

Segundo o autor, a interpretação político-esportiva do enunciado *on a gagner* não funciona como uma proposição estabilizada, ou seja, não é a designação de um “acontecimento localizado como um ponto em um espaço de disjunções lógicas senão com a condição de se interrogar a referência do sujeito do verbo “*gagner*” (PÊCHEUX, 2006 [1983a], p. 23). Para ele, é preciso considerar que existe o que é da ordem da estrutura e também o que é da ordem do acontecimento, do novo, o qual corresponde ao irremediavelmente equívoco.

Diante disso, o autor apresenta três exigências necessárias para se trabalhar no interior das disciplinas de interpretação. A primeira exigência refere-se à descrição. Nas palavras do próprio Pêcheux:

A primeira exigência consiste em dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas. Uma descrição, nesta perspectiva não é uma apreensão fenomenológica ou hermenêutica na qual descrever se torna indiscernível de interpretar: essa concepção da descrição supõe, ao contrário

³ As ciências régias, para Pêcheux (2006 [1983a]), são as disciplinas que buscavam dar conta do real.



o reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala: o real da língua [...] (PÊCHEUX, 2006 [1983a], p. 50).

A segunda exigência é reconhecer que há sempre a possibilidade do equívoco. Nesse sentido, a descrição também está exposta ao equívoco, visto que “todo enunciado é suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 2006 [1983a], p. 53). Assim, toda sequência de enunciados é linguisticamente descritível, oferecendo lugar à interpretação, ou seja, toda descrição está exposta ao equívoco, ao deslizamento de sentidos, ao novo. E é esse ponto, principalmente, que interessa à análise de discurso.

A terceira e última exigência, que está vinculada às duas anteriores, é reconhecer que todo discurso é fruto da relação entre estrutura e acontecimento. Assim, Pêcheux afirma que:

A posição de trabalho que aqui evoco em referência à análise de discurso não supõe de forma alguma a possibilidade de algum cálculo de filiações e das condições de felicidade ou de infelicidade evenemenciais. Ela supõe somente que, através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados (PÊCHEUX, 2006 [1983a] p. 57).

Para o autor, o discurso deve ser compreendido como, além de estrutura, acontecimento, isto é, deve ser levada em conta a relação entre atualidade e memória, e não apenas a estrutura historicamente determinada. Nesse sentido, o discurso se constitui na relação entre o que já está lá e o que mantém a possibilidade do novo e que está sempre sujeito ao deslize e ao equívoco.

Sobre os lugares de memória discursiva

De acordo com Fonseca-Silva (2007b), os textos veiculados na mídia funcionam como materialidade discursiva e como lugares de memória discursiva. Sendo assim, discutimos, neste tópico, os conceitos de memória discursiva (COURTINE, 2009 [1981]), lugares de memória (NORA, 1993 [1984]), e lugares de memória discursiva (FONSECA-SILVA, 2007b).



Courtine (2009 [1981]) parte do conceito de domínio de memória de Foucault⁴ (2002 [1969]) e o reconfigura, em seu trabalho sobre o discurso comunista endereçado aos cristãos, para possibilitar que o referido conceito seja trabalhado no âmbito da Análise de Discurso. Para o autor, a noção de memória discursiva “diz respeito à existência histórica do enunciado no interior das práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos [...]” (COURTINE, 2009 [1981], p. 105-106). Nesse sentido, a memória discursiva não corresponde à memória psicológica, nem à memória que interessa aos psicolinguistas.

Pêcheux (2010 [1983]), em *Papel da memória*, trata da noção de memória discursiva que deve ser entendida “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social, inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 2010 [1983], p. 50), e não no sentido da memória individual, psicológica. Nessa perspectiva, o autor trata da memória como a estruturação de materialidades discursivas complexas, estendida em uma dialética da repetição e da regularização. Para o autor, a memória discursiva é um espaço de retomada de discursos anteriores que são atualizados no acontecimento discursivo, reestabelecendo os implícitos.

Nora (1993 [1984]), em *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, retoma Halbwachs (1990 [1950]), no que se refere à oposição entre memória e história⁵. Para Nora, a memória está em evolução permanente, é um fenômeno sempre atual, um laço vivido no presente eterno; enquanto a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, é uma representação do passado. O autor defende que, para que a memória exista em algum lugar, é preciso criar lugares de memória. Esses lugares, ainda segundo o autor, podem ser museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados,

⁴ Em “A Arqueologia do saber”, Michel Foucault (2002 [1969]) trata do conceito de *domínio de memória*, a fim de definir o conceito de enunciado.

⁵ Halbwachs (1990 [1950]) estabelece a distinção entre memória e história para tratar da constituição de uma memória coletiva. Para ele, a memória é um movimento contínuo e deve ser pensada a partir da coletividade (memória coletiva), pois retém aquilo que está vivo na memória de um grupo. A história, por sua vez, é o lugar da objetividade, que busca estabelecer uma ponte entre o passado e o presente, e reestabelecer a continuidade interrompida. Para o autor, a história começa no ponto onde acaba a memória, e esta última acaba quando os grupos que a sustentam deixam de existir, sendo necessário, portanto, fixá-la em narrativas escritas.



processos verbais, monumentos, santuários, associações, etc. Dessa forma, é preciso criar arquivos, manter aniversários, celebrações, associações, etc., pois “os lugares de memórias nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea” (NORA, 1993 [1984], p. 25), e essas operações não são naturais.

Com base nos conceitos de domínio de memória (FOUCAULT, 2002 [1969]), memória discursiva (COURTINE, 2009 [1981]) e lugares de memória (NORA, 1993 [1984]), Fonseca-Silva (2007b) cunha e faz funcionar o conceito de lugares de memória discursiva para pensar as mídias como lugares de memória discursiva na sociedade contemporânea. Ainda segundo a autora:

Nos movimentos de mundialização da cultura e globalização, que altera a própria noção de espaço, a memória discursiva e coletiva se articula pelos diversos meios de comunicação, parte de uma mesma comunidade simbólica. Na rede interdiscursiva constitutiva da mídia, os sujeitos são produzidos pelas diversas práticas historicamente instituídas e apresentadas na descontinuidade entre o presente construído; pelos recortes que realiza; e pelo conjunto de enunciados dispersos, no sentido de Foucault (1969) e retomado por Courtine (1981), que forma o saber histórico de uma sociedade sobre aquilo que a constitui e a diferencia das outras (FONSECA-SILVA, 2007b. p. 25).

Assim sendo, partindo dessa afirmação de que a mídia é pensada como um lugar de memória discursiva, definimos as reportagens/matérias jornalísticas nessa mesma perspectiva a fim de identificar os diferentes discursos que se encontram materializados nos referidos textos e que circulam na sociedade.

Sobre a noção de sujeito

O sujeito que interessa à AD é um lugar na estrutura, é a posição social que esse sujeito assume ao ser interpelado por uma ideologia e afetado pelo inconsciente. Não se trata, portanto, do indivíduo, ou seja, do sujeito pragmático.

Em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1995 [1975]), Pêcheux trata da relação entre língua e ideologia, e dos processos de constituição do sujeito. Ao tratar do processo de assujeitamento pela interpelação ideológica, Pêcheux toma como base a tese de Althusser de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, e defende que a



ideologia está intrinsecamente relacionada à noção de sujeito. Pêcheux trata dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), que para Althusser são os lugares nos quais se materializam as lutas de classe, e afirma que não existe produção de conhecimento sem levar em conta as condições da luta de classes.

Contudo, além do sujeito ideológico, Pêcheux (1993 [1975] pp. 163-164) defende que o empreendimento da AD reside no materialismo histórico, na linguística e na teoria do discurso. Essas três regiões, segundo o autor, são atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica). Portanto, para o referido autor, o assujeitamento ideológico, que está relacionado ao materialismo histórico e que se materializa no sistema linguístico, é atravessado por uma noção de subjetividade, que se relaciona com a teoria psicanalítica.

Em outro texto, posterior ao de 1993 [1975], Pêcheux (1995 [1978]), ainda buscando uma articulação entre o assujeitamento ideológico e uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, postula que o próprio Althusser reconhece a possibilidade da resistência do sujeito, o que, em alguma medida, dialoga com a existência de algo que não diz respeito à ordem da ideologia, mas aponta para a existência de um inconsciente. Nessa perspectiva, Pêcheux (1995 [1978]) propõe investigar de que forma o sujeito é produzido como historicamente capaz de se voltar contra as causas que o determinam. Dessa forma, para Pêcheux (1995 [1978]), embora ideologia e inconsciente sejam coisas distintas, é preciso considerá-las conjuntamente como base do processo de interpelação subjetiva. Nesse sentido, Pêcheux (1995 [1978]) busca esclarecer que a constituição do sujeito não se dá apenas pela interpelação ideológica, mas também pelo inconsciente, pois é preciso considerar o lapso, o ato falho, uma vez que o sujeito não é origem de si.

O sujeito político Crivella e a Igreja Universal do Reino de Deus: um laço familiar

Nas análises que empreendemos a seguir, verificamos como o candidato Marcelo Crivella é discursivizado pelos diferentes jornais/revistas: *O Globo*, *Estadão*, e *Carta Capital*, nas eleições de 2016, quando o referido candidato concorria ao cargo de prefeito do Rio de Janeiro. Para tanto,



analisamos quais efeitos de sentido e qual memória discursiva foram retomado(a)s/reconfigurado(a)s, bem como quais posições-sujeito podem ser identificadas em funcionamento nas diferentes materialidades discursivas.

O primeiro excerto que analisamos foi publicado em setembro de 2016, por *O Globo*, cujo título é “Igreja Universal do Reino da Política”⁶, e trata da possibilidade de Marcelo Crivella se tornar a primeira autoridade religiosa evangélica a comandar uma metrópole do tamanho do Rio de Janeiro.

Agora, pode se tornar a primeira autoridade religiosa a comandar uma metrópole do tamanho do Rio. É claro que, antes, tem de enfrentar a rejeição, que já foi bem maior no passado – pelo vínculo de sangue com a Universal. Para isso, licenciou-se da igreja e omite em sua propaganda eleitoral qualquer referência a ela. O senador fluminense se defende dizendo ser vítima de preconceitos contra evangélicos, o que existe, em parte, na elite ligada ao catolicismo. Só que ele não é um evangélico qualquer. É da cúpula da Igreja. É como se Dom Orani pedisse licença da Igreja Católica e, com ajuda das 260 igrejas do Rio, fosse candidato a prefeito. E olha que Dom Orani não é sobrinho do papa (O GLOBO, 16/09/2016 – Grifos nossos).

Nesse excerto, verificamos a emergência de um discurso segundo o qual Crivella pode ser “a primeira autoridade religiosa a comandar uma metrópole do tamanho do Rio”. Aqui, a expressão referencial define Crivella como sendo uma “autoridade religiosa” e não um político ou um candidato. Portanto, trata-se da emergência da posição-sujeito religioso. Além disso, vemos materializado um discurso segundo o qual Crivella “tem de enfrentar uma rejeição”, a qual também é relacionada ao vínculo do referido candidato com a Igreja Universal do Reino de Deus. Vale salientar que, quando se diz que o referido vínculo é “de sangue”, faz-se referência, por um jogo entre memória e atualidade, ao fato de Crivella ser sobrinho (tendo portanto um vínculo sanguíneo) de Edir Macedo. Mas, além disso, a expressão “vínculo de sangue” remete a uma ligação forte, pois, como dito mais abaixo no mesmo excerto, ele é “da cúpula da igreja”. Assim, verificamos um funcionamento discursivo que associa Crivella à posição-sujeito religioso, o que causa rejeição durante a campanha. Tal

⁶ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/ancelmo-gois/igreja-universal-do-reino-da-politica-20122063>. Acessado em: 13/03/2017



funcionamento materializa um pré-construído segundo o qual um candidato (posição-sujeito político) não deve ter vínculo com questões religiosas. Dessa forma, verificamos a materialização de um efeito de sentido segundo o qual a relação de Crivella com a Igreja Universal do Reino de Deus causa rejeição, o que ocorreu em eleições anteriores, por isso, a necessidade do candidato de se licenciar da IURD e “omitir” sua relação com a referida instituição religiosa na propaganda eleitoral. Além disso, verificamos também que a posição que Crivella assume na igreja é tratada como “diferencial”, pois “ele não é um evangélico qualquer. É da cúpula da igreja” (posição-sujeito religioso), o que aponta para o efeito de que o cargo exercido por Crivella na igreja o torna especial, diferente dos demais.

Vemos, ainda, que o nível de importância do cargo que Crivella exerce na Igreja Universal é comparado ao do arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Orani, o qual, segundo o excerto, caso se candidatasse a prefeito do Rio, poderia ser eleito com a ajuda das 260 Igrejas Católicas da arquidiocese do Rio de Janeiro. Essa afirmação faz funcionar um efeito de sentido segundo o qual as igrejas evangélicas, ou as neopentecostais, ajudam na eleição de Crivella. Podemos verificar também que, quando o texto de *O Globo* afirma que “Dom Orani não é sobrinho do papa”, faz, implicitamente, referência ao laço familiar entre Crivella e Edir Macedo. Neste caso, Macedo é colocado no mesmo patamar do papa, para Igreja Católica, fazendo funcionar uma memória que reforça a liderança de Macedo na IURD.

O excerto a seguir, retirado de uma reportagem do jornal *El País*⁷, também destaca a importância de Crivella como evangélico.

Mas, apesar de seus esforços para separar púlpito e palanque, **Crivella não é um evangélico comum. Ele é sobrinho de Edir Macedo, fundador da Igreja Universal, a terceira igreja mais poderosa do Brasil.** Macedo é dono, ainda, da tevê *Record*, palanque fundamental para um candidato que não deixa passar um dia sem lamentar os “ataques” que ele diz sofrer da todo-poderosa TV Globo e os jornais do grupo. **Suas alianças com o clã familiar do ex-governador do Rio Anthony Garotinho (PR) que já foi condenado por formação de quadrilha, para mais que dobar seu tempo em televisão também estão sendo questionados.** Mas ele com oratória de pastor, modulando o tom e a expressão facial, repete: “A política precisa de

7

Disponível

em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/27/politica/1474998409_666777.html.
Acessado em: 13/03/2017.



alianças, ninguém pode ganhar uma eleição sozinho. A aliança que eu consegui com o PR nos deu tempo de televisão, mas não foi nenhuma condição do ex-governador de participar do meu governo [...] Poderei, sim, lidar com a deputada Clarissa Garotinho, que foi quem me ajudou a construir essa aliança (EL PAÍS, 29/09/2016 – Grifos nossos).

O excerto dois faz parte de uma reportagem publicada em setembro de 2016 no site do jornal *El país* e trata da liderança de Crivella na disputa das eleições. Assim como no excerto um, vemos materializado um discurso segundo o qual Crivella tem uma grande importância como evangélico, pois lemos, no texto sob análise, que “Crivella não é um evangélico comum”. Dessa forma, ser “sobrinho de Edir Macedo” (2), ou ser “da cúpula da igreja” (1) faz funcionar o efeito de sentido de que o laço familiar que Crivella tem com Edir Macedo é um diferencial. Vemos, assim, a identificação de Crivella na posição-sujeito religioso. Tal sujeito é tratado de uma forma diferenciada, pois, além de fazer parte da cúpula da igreja, tem um vínculo familiar com o dono da IURD.

Verificamos também que a TV *Record* é caracterizada como um “palanque” no qual Crivella lamenta os “ataques” que sofre da Rede Globo e dos jornais do grupo, o que faz funcionar um efeito de sentido segundo o qual Crivella usa a TV Record, que é do seu tio Edir Macedo, para se defender desses supostos “ataques” e fazer a sua propaganda política. Além disso, a família do ex-governador Anthony Garotinho, com quem Crivella mantém aliança, é caracterizada, na materialidade discursiva sob análise, como um “clã”, termo que remete a uma memória segundo a qual a referida família é um grupo político, no caso, um grupo político ligado ao crime de formação de quadrilha. Por isso, a aliança de Crivella com esse “clã familiar” reflete negativamente na sua campanha.

Os excertos, a seguir, fazem parte de uma reportagem da revista *Carta Capital* e tratam da relação de Crivella com a Igreja Universal e sua trajetória política. Vejamos:

Então, a pergunta que a população do Rio de Janeiro deveria se fazer é a seguinte: **a relação de Crivella com a Universal é uma questão privada ou pode se tornar um problema público?** (CARTA CAPITAL – 25/10/2016 – Grifo nosso).

Crivella agora diz que ele não tem preconceito nenhum, que defende o Estado laico e que não permitirá influência de sua igreja no governo. Contudo sua trajetória pública mostra exatamente o contrário (CARTA CAPITAL – 25/10/2016 – Grifo nosso).



Nos recortes acima, vimos que, no excerto três, há a materialização de um discurso, o qual é reforçado por meio de uma pergunta retórica, que, mais uma vez, indica a existência de uma relação entre Crivella e a Igreja Universal do Reino de Deus, revelando, novamente, a identificação de Crivella à posição-sujeito religioso. Ainda segundo o discurso materializado no excerto, tal relação pode se tornar um problema no âmbito político. Sobre perguntas retóricas, Bakhtin/Volochinov (2002 [1929], p. 170) defende que estas “podem ser interpretadas como uma pergunta da parte do autor, mas também como uma pergunta de uma personagem”. Para Silva (2006, p. 179), trata-se de um tipo de estratégia que é comum em textos argumentativos, pois, ainda segundo a autora, por meio de uma pergunta retórica, o autor procura antecipar possíveis dúvidas ou questionamentos de seu leitor. Dessa forma, no excerto sob análise, a pergunta retórica produz um efeito de dúvida que remete à possibilidade de existência de um problema público decorrente da relação de Crivella com a Igreja Universal do Reino de Deus. Marca-se, portanto, mais uma vez, uma suposta incompatibilidade entre a posição-sujeito religioso e a posição-sujeito político-candidato.

No excerto quatro, há a retomada da memória de pronunciamentos feitos por Crivella em anos anteriores, o qual, ainda segundo o texto sob análise, criticava outras religiões e grupos LGBTs (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais) de forma preconceituosa. Mas, ainda segundo o que lemos no texto sob análise, “Crivella agora diz que ele não tem preconceito nenhum”, o que indica que antes ele assumia ser contrário a outros grupos religiosos e aos LGBTs, mas agora procura se distanciar desse discurso. Mais uma vez, vemos que há uma diferenciação entre a posição-sujeito religioso (que não aprovava outros grupos religiosos e nem os LGBTs) e a posição-sujeito político-candidato, que afirma “não ter preconceito nenhum”.

Nos excertos a seguir, que fazem parte de uma reportagem do jornal *Estadão*⁸, verificamos, mais uma vez, materializada a relação de Crivella com a Igreja Universal do Reino de Deus na campanha eleitoral, e também a relação de Crivella com o seu tio Edir Macedo. Vejamos:

⁸ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,crivella-omite-universal-de-biografia,10000080762>. Acessado em: 07/02/2017



Presidente interino do PRB, Eduardo Lopes, **diz não ver problema no fato de o candidato à prefeitura do Rio, que é bispo licenciado da IURD, não mencionar a igreja durante a campanha** (ESTADÃO, 07/10/2016 – Grifo nosso).

Acusado por adversários de misturar política e religião, Crivella omitiu no site da campanha o fato de ser fiel e bispo licenciado da Universal [...]. (ESTADÃO, 07/10/2016 – Grifo nosso).

‘Carimbo’. Para o deputado federal, Chico Alencar (PSOL-RJ), **a estratégia de omitir a Universal da campanha não tira o “carimbo” da igreja**. [...] (ESTADÃO, 07/10/2016 - Grifos do autor e nosso, respectivamente).

Edir Macedo, tio de Crivella, é fundador e maior líder da Universal. No primeiro turno, o candidato do PMDB, Pedro Paulo, e seu padrinho político, Eduardo Paes, insistiam que, **se eleito, Crivella será “empregado” de Macedo** (ESTADÃO, 07/10/2016 - Grifos nossos).

“Quem mistura política com religião não é o Crivella, mas os adversários, pois são os que insistem nessa questão”, afirma Eduardo Lopes [...] (ESTADÃO, 07/10/2016 - Grifo nosso).

Nos excertos cinco e seis, há, mais uma vez, a materialização de um discurso segundo o qual existe uma relação do sujeito religioso Crivella com a Igreja Universal do Reino de Deus. Em cinco, a explicativa “que é bispo licenciado da IURD” produz um efeito de sentido, vinculado a uma memória, que põe em funcionamento a relação entre Crivella e a IURD. Além disso, ao dizer que “Eduardo Lopes não vê problema”, cria-se um pré-construído⁹, por meio da negação polêmica, segundo o qual há quem veja problema, fazendo funcionar, novamente, um efeito de sentido segundo o qual a relação de Crivella com a IURD é algo problemático para ele como sujeito político.

No excerto seis, vemos que a expressão linguística “acusado” faz funcionar o efeito de que Crivella é considerado “culpado” de misturar política e religião. Ainda no excerto seis, o *Estadão* afirma que “Crivella omitiu no site da campanha o fato de ser fiel e bispo licenciado da Universal”; e o excerto sete indica que “a estratégia de omitir a Universal da campanha não tira o ‘carimbo’ da igreja”. Tais enunciados materializam um

⁹ Segundo Pêcheux (1993 [1975]), o pré-construído, termo proposto por P. Henry, funciona em relação a uma formação discursiva, remete a um lugar do qual se fala, é o indício de que algo fala antes, em outro lugar.



discurso segundo o qual, apesar de haver uma tentativa de “apagar” uma memória que vincula Crivella à Universal, essa estratégia é “inútil”, pois a relação do referido candidato com a Igreja já está marcada (carimbada). Vemos ainda que o verbo “omitir” também remete à memória, pois quem omite, por um efeito da memória sobre a atualidade, mostra-se como não confiável.

O excerto oito aborda o laço familiar de Crivella e Edir Macedo, que “é o fundador e maior líder da Universal”, fazendo funcionar um efeito de sentido segundo o qual é importante enfatizar essa relação de ambos, pois Edir Macedo não é qualquer pessoa, é o “fundador e maior líder da Universal”, e Crivella é sobrinho desse “personagem importante” no meio religioso. Além disso, há, por meio do discurso indireto, há materialização de um discurso segundo o qual Pedro Paulo, adversário de Crivella no primeiro turno, e Eduardo Paes (padrinho político de Pedro Paulo, à época), afirmaram que Crivella seria “empregado” de Edir Macedo, se fosse eleito. Essa formulação faz funcionar uma memória segundo a qual Crivella prestaria serviços a Edir Macedo, usando, para tanto, de seu cargo na Prefeitura do Rio de Janeiro.

Já o excerto nove mostra, por meio de discurso direto, a fala de Eduardo Lopes, presidente do PRB (partido ao qual Crivella é filiado). No excerto, o presidente do PRB afirma que são os adversários de Crivella que misturam política e religião. Essa formulação mostra que há uma tentativa de atribuir a relação entre política e religião aos adversários de Crivella, buscando desvincular o candidato dessa suposta relação que, de certa forma, compromete a sua credibilidade.

Nos excertos que compõem a reportagem “Crivella omite universal de biografia”, publicada no *Estadão*, vemos que Crivella encontra-se assujeitado à posição-sujeito político-candidato, identificando-se, por meio de suas falas e também das falas de seus apoiadores, como candidato à prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Contudo, ao mesmo tempo, a mídia e os adversários políticos fazem referência a uma memória segundo a qual Crivella é um sujeito religioso. E, para negar que sua relação com a IURD interfira na sua campanha política, Crivella mostra-se identificado à posição-sujeito religioso. Assim, mesmo que o objetivo seja negar tal subjetivação, ela acaba emergindo das redes de memória que compõem as falas de Crivella e de seus apoiadores.



A seguir, analisamos trechos de uma reportagem publicada pelo jornal *O Globo*¹⁰, que trata de um vídeo no qual Crivella fala de sua entrada na política.

Crivella diz em vídeo que foi **forçado** pela Universal a entrar na política (O GLOBO, 21/10/2016 - Grifo nosso)

O candidato do PRB a prefeitura do Rio **virou** senador em 2002 **não por sua livre e espontânea vontade, mas por determinação** da Igreja Universal – da qual é bispo licenciado e sobrinho do fundador Edir Macedo (O GLOBO, 21/10/2016 - Grifos nossos).

O **político-bispo** descreveu como apoiou a expansão das agremiações evangélicas. “Quando me tornei senador, pastores de todas as igrejas passaram a me procurar com problemas no Exterior”. Foi aí que diz ter recorrido diretamente a Lula. (O GLOBO, 21/10/2016 – Grifo nosso).

A referida reportagem trata, inicialmente, da vida política do candidato, destacando a eleição de Crivella ao senado, em 2002.

Em relação ao excerto onze, verificamos que o verbo “virar” faz funcionar o efeito de sentido de que a eleição de Crivella foi uma coisa inesperada, abrupta, inusitada. Vemos também que o enunciado “mas por determinação da Igreja Universal”, funciona, no excerto sob análise, numa relação de contrajunção com “não por sua livre e espontânea vontade”, o que indica duas coisas: i) que Crivella não queria ser senador; ii) que Crivella é submisso às determinações da Igreja Universal. A relação entre i e ii retoma uma memória segundo a qual Crivella tem uma forte ligação com a IURD. Constatamos, assim, o funcionamento de um discurso que aponta para uma memória segundo a qual o, à época, candidato Marcelo Crivella é submisso à Igreja Universal do Reino de Deus, pois foi “forçado” pela IURD a entrar na política.

No excerto doze, vemos a posição-sujeito político fortemente associada à posição-sujeito religioso, pois Crivella é chamado de “político-bispo”. Notamos, neste caso, que o discurso materializado no texto sob análise retoma, por uma ação da memória sobre a atualidade, a relação de Marcelo Crivella com a religião, pois, além de ser chamado de “político-bispo”, o que marca a relação entre as duas posições-sujeito que emergem dos textos sob análise, o próprio Crivella mostra sua relação com a religião

¹⁰ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/crivella-diz-em-video-que-foi-forcado-pela-universal-entrar-na-politica-20332091>. Acessado em: 06/02/2017.



quando afirma que, quando se tornou senador, pastores de todas as igrejas passaram a procurá-lo. Aqui, a própria fala de Crivella funciona como um argumento de autoridade para mostrar a relação do referido sujeito com o campo religioso. Além disso, o final da “fala” de Crivella indica que ele era procurado para resolver questões de ordem política e recorria a Lula, à época, Presidente da República. Tudo isso mostra que o sujeito político sob análise é apresentado na/pela mídia como alguém que tem uma relação com o campo religioso e que recorre a sua função de senador para apoiar a “expansão das agremiações evangélicas”.

Verificamos, assim, um funcionamento discursivo que associa Crivella a duas posições-sujeito: a posição-sujeito religioso e a posição-sujeito político. Segundo o funcionamento discursivo materializado na/pela reportagem, Crivella identifica-se com a posição-sujeito religioso, pois “apoiou a expansão das agremiações evangélicas” e foi procurado por pastores de todas as igrejas, justamente devido a seu cargo de Senador da República. Contudo, além de se identificar com a posição-sujeito religioso, Crivella também se identifica com a posição-sujeito político, pois resolvia problemas das igrejas evangélicas por meio de sua força como político, como ocorreu, por exemplo, quando recorreu ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para buscar soluções de problemas de pastores dessas igrejas no Exterior.

Considerações finais

As análises mostraram que há uma discursivização da relação de Crivella com a religião. O referido sujeito político é apresentado como autoridade religiosa, e não apenas como um candidato a um cargo executivo. Além disso, Crivella é discursivizado como alguém que tem um “vínculo de sangue” com o dono da Igreja Universal, Edir Macedo. A relação de Crivella com a IURD é apresentada como uma constante na vida do, à época, candidato à prefeitura do Rio de Janeiro, como mostrou, por exemplo, o excerto no qual Crivella é comparado ao arcebispo D. Orani, importante figura da Igreja Católica, o que indica que Crivella é discursivizado como um sujeito religioso importante no/para o meio evangélico pentecostal.

Além disso, Crivella é discursivizado na/pela mídia como alguém que vai usar o cargo público em função da religião e/ou da igreja. Vimos que



Crivella é identificado ora na posição-sujeito religioso, ora na posição-sujeito político, devido ao vínculo que tem com Edir Macedo e à trajetória religiosa do referido político na Igreja Universal. Todavia, a identificação de Crivella como sujeito religioso foi, nas matérias jornalísticas analisadas, apresentada como algo negativo, prejudicial às campanhas políticas do, até então, candidato, levando-o a negar que tinha/tem relação com o campo religioso e/ou que, mesmo existindo essa relação, ela não iria atrapalhar seu desempenho político. Isso ocorre porque há, na sociedade, um funcionamento discursivo, que remete a certa memória, a qual condena o vínculo entre política e religião.

Referências

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV, V.N.). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Nova Edição.Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo, Hucitec/Annablume. 2002. Primeira Edição: 1929.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard (et. al.). São Carlos: EdUFSCar, 2009. Primeira Edição: 1981.

FONSECA-SILVA, M. da C. **Poder-Saber-Ética nos discursos do Cuidado de Si e da Sexualidade**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007a.

_____. Mídia e lugares de memória discursiva. In: FONSECA-SILVA, M. da C; POSSENTI, S. (Org.) **Mídia e Rede de Memória**. Vitória da Conquista – BA: Edições Uesb, 2007b. p. 11-37

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. – 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. Primeira edição: 1969

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. Primeira Edição: 1950.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995. Primeira Edição: 1975.



_____. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995. Primeira Edição: 1978. p. 293-307

_____. FUCHS, C. À propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1993. Primeira Edição: 1975. p. 163-252

_____. **O discurso: Estrutura ou acontecimento**. 4ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. Primeira Edição: 1983a.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre (et. Al.). **Papel da Memória**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2010. Primeira Edição: 1983b. p. 49-57

NORA. P. Entre memória e história: a problemática dos Lugares. **Projeto história**, nº 10, p. 7-28, dez, 1993. Primeira Edição: 1984.

SILVA, E.G. da. **Os (des)encontros da fé: análise interdiscursiva de dois movimentos da Igreja Católica**. 2006. 293 f. Tese. (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem (IEL). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas – SP.

Recebido: 09/04/2018

Aceito: 10/07/2018

